

Evolução Recente dos Preços das Matérias-Primas e Impacto na Taxa de Inflação

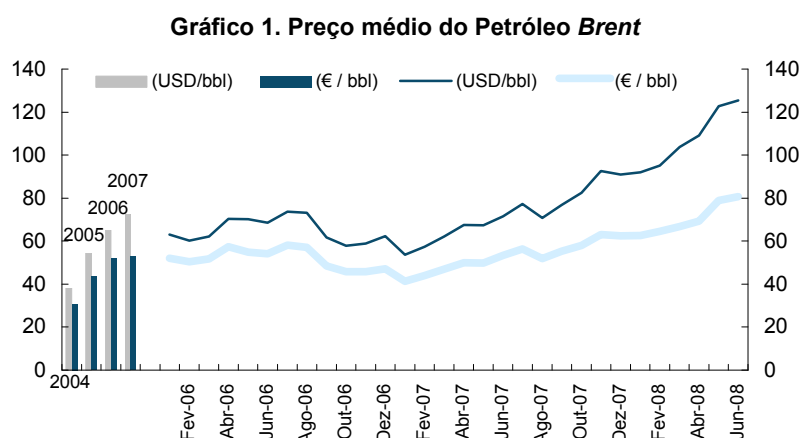
Alda Rito e Clara Synek*

Uma das principais preocupações existentes actualmente relaciona-se com a forte subida dos preços das matérias-primas (energéticas e alimentares), a qual se tem reflectido no aumento da taxa de inflação. Neste trabalho procura-se (i) identificar os factores que mais têm contribuído para este comportamento, (ii) apresentar alguma evidência recente quanto à evolução dos preços na área do euro e em Portugal e (iii) realçar medidas propostas que visam mitigar o impacto do aumento da inflação nas famílias e nas empresas.

1. Causas da Subida dos Preços da Energia e dos Produtos Alimentares

A partir do 2º semestre de 2007 observou-se uma subida significativa dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais.

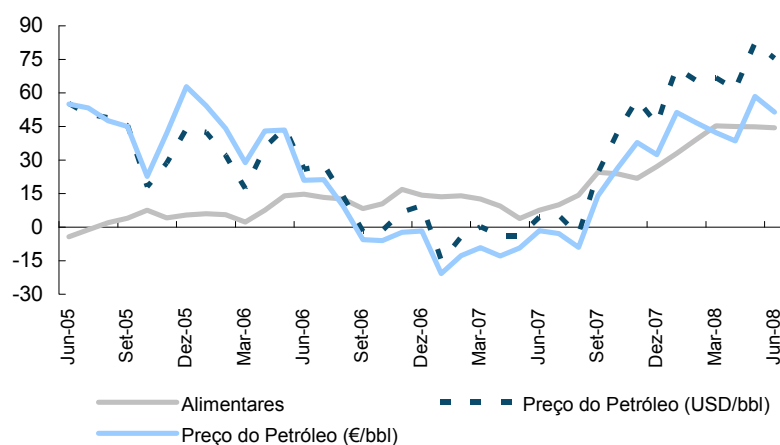
A) Do lado dos produtos energéticos, assistiu-se a um ligeiro abrandamento do crescimento do preço do petróleo no conjunto do ano de 2007, não obstante uma aceleração significativa a partir do 2º semestre. Esta tendência altista manteve-se no 1º semestre de 2008, com maior intensidade quando expressa em dólares, associado à apreciação euro face ao dólar. No 1º semestre de 2008, o preço médio do petróleo *Brent* foi de 108 USD/bbl (70 €/bbl) equivalente a uma variação homóloga de 71% (48%), tendo ultrapassado os 140 USD/bbl (90 €/bbl) na primeira quinzena de Julho (Gráficos 1 e 2).



Fontes: DGEG; Banco de Portugal.

* Técnicas Superiores do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do MFAP.

Gráfico 2. Preço dos Produtos Alimentares e do Petróleo Brent
(Taxa de variação homóloga, em %)



Fontes: DGEG; Banco de Portugal; FMI.

As principais razões subjacentes ao aumento acentuado do preço do petróleo relacionam-se com:

- a manutenção da procura elevada, sobretudo proveniente das economias emergentes asiáticas (China e Índia) em resultado do processo de desenvolvimento industrial e da melhoria do rendimento das populações nos últimos anos. De facto, em 2007, assistiu-se a um acréscimo da procura global de petróleo em 1,1 milhões de barris diários, estando previsto um novo aumento em 2008 de 0,9 milhões bbl/dia (Quadro 1);
- do lado da oferta, a produção não acompanhou o forte crescimento da procura. Por exemplo, em 2007, o decréscimo registado da produção da OPEP não foi compensado pelo crescimento de produção por parte dos Países não OPEP (Quadro 1);
- o prosseguimento da instabilidade geopolítica no Médio Oriente e o surgimento de alguma pressão especulativa;
- a depreciação do dólar.

De acordo com um recente estudo publicado pelo FMI¹, o impacto da depreciação do dólar na subida do preço do petróleo transmite-se por diversos canais:

- Tendo em conta que grande parte das matérias-primas tem o seu preço fixado em dólares, a depreciação desta moeda faz com que essas matérias-primas se tornem mais baratas quando expressas noutras moedas, fazendo aumentar a sua procura.
- Do lado da oferta, há uma pressão para o aumento do preço das matérias-primas dada a diminuição dos lucros expressos em moeda nacional dos produtores localizados fora da área do dólar.
- A depreciação do dólar reduz o retorno dos activos financeiros denominados em dólares quando expresso noutras moedas. Isto faz com que outros activos, nomeadamente as matérias-primas, se tornem mais atractivos para os investidores estrangeiros. Por outro lado, a depreciação do USD

¹"Dollar Depreciation and Commodity Prices", World Economic Outlook, FMI, Abril 2008, pp. 48-50., Cheng *et al.*

tende a gerar pressões inflacionistas nos EUA, fazendo com que os agentes invistam mais em activos reais (ex.: petróleo).

- iv) Por último, a depreciação do dólar pode conduzir a políticas monetárias mais expansionistas, especialmente noutras economias cuja moeda está indexada ao dólar. Isto pode resultar em taxas de juro mais baixas e maior liquidez e, conseqüentemente, num aumento da procura por matérias-primas e outros activos, contribuindo para o aumento dos preços.

Quadro 1. Procura e Oferta Global de Petróleo

	2004	2005	2006	2007	2008*
	milhões bbl/dia				
1. Procura					
OCDE	49,4	49,7	49,3	49,1	48,6
América do Norte	25,4	25,5	25,3	25,5	25,0
Europa	15,5	15,6	15,6	15,3	15,3
Pacífico	8,5	8,6	8,4	8,3	8,3
Não OCDE	33,1	34,1	35,5	36,9	38,1
<i>dos quais:</i>					
China	6,4	6,7	7,2	7,5	8,0
Outros Países Ásia	8,7	8,8	9,0	9,3	9,4
Médio Oriente	5,7	6	6,2	6,5	6,8
África	2,8	2,9	3,0	3,1	3,1
América Latina	5,0	5,1	5,3	5,6	5,9
TOTAL Mundial	82,5	83,8	84,9	86,0	86,9
2. Produção					
OPEP	34,6	36,0	36,3	35,9	:
Não-OPEP	48,8	48,6	49,1	49,6	50,0
<i>do qual:</i>					
América do Norte	14,6	14,1	14,2	14,3	14,1
TOTAL Mundial	83,4	84,6	85,4	85,5	:

Fonte: Agência Internacional de Energia. * Previsão.

B) Do lado das matérias-primas não energéticas, verificou-se uma tendência ascendente dos preços dos produtos alimentares ao longo de 2007, tendo a subida sido particularmente significativa a partir do 2º semestre desse ano, mantendo uma forte aceleração no 1º semestre de 2008 (42% em termos homólogos). Destaca-se a aceleração significativa dos preços dos cereais (milho, trigo e arroz) e dos óleos vegetais, invertendo a tendência de fraco crescimento nas duas últimas décadas (Quadro 2 e Gráfico 2).

Quadro 2. Preço internacional das matérias-primas, em dólares

(Taxa de Variação Homóloga, em %)

	Peso no Total * (Em %)	2000-2005 média	2006	2007	2007				2008	
					I	II	III	IV	I	II
Não Energéticas	36,9	4,8	23,2	14,1	21,2	15,2	11,2	9,6	19,6	16,8
Produtos Alimentares**	16,7	3,9	10,5	15,2	13,3	6,9	16,1	24,3	39,2	44,8
Bebidas (café, chá e cacau)	1,8	2,4	8,4	13,8	8,8	16,0	15,3	15,1	30,2	31,5
Produtos Agrícolas***	7,7	1,2	8,8	5,0	12,8	7,8	-0,9	0,8	-1,3	2,1
Metais (cobre, alumínio, níquel, zinco e urânio)	10,7	11,4	56,2	17,4	38,0	28,2	11,4	-1,9	7,9	-4,8
Energéticas (petróleo, gás natural e carvão)	63,1	21,7	19,2	10,4	-4,6	-2,5	6,8	44,8	64,3	81,9
petróleo Brent, em USD	53,6	23,1	19,7	11,4	-6,5	-1,2	7,9	48,6	67,8	73,1
petróleo Brent, em euros	:	21,6	18,7	2,0	-14,2	-8,0	0,0	32,3	46,6	49,5

Fontes: FMI; DGE e BP. * Peso baseado na média mundial dos ganhos de exportação de 2002-2004. ** Inclui óleos vegetais, carne, cereais, peixe, açúcar, laranjas e bananas. *** madeira, algodão, lã, borracha e couro.

Os principais factores que mais têm impulsionado a subida dos preços dos produtos alimentares relacionam-se com:

- fenómenos temporários que afectam a oferta mundial das matérias-primas agrícolas, tais como condições meteorológicas adversas em alguns dos principais países exportadores;
- fenómenos estruturais associados aos fortes aumentos da procura mundial de produtos alimentares resultantes das alterações dos padrões de consumo em muitas economias emergentes e em desenvolvimento, sobretudo asiáticas (China e Índia). O aparecimento de novas fontes de procura de algumas matérias-primas agrícolas para a produção de biocombustíveis (nomeadamente milho) o qual tenderá a ter um impacto ascendente e persistente sobre os preços no futuro;
- a manutenção a níveis elevados do preço do petróleo nos mercados internacionais com repercussões nos preços dos combustíveis. Com efeito, um estudo do Banco Mundial sugere que um acréscimo de 10% do preço do petróleo repercute-se em 1% a 2% de aumento dos preços dos bens alimentares;
- fenómenos de natureza especulativa em torno de produtos financeiros ligados às matérias-primas agrícolas num contexto de depreciação do dólar norte americano.

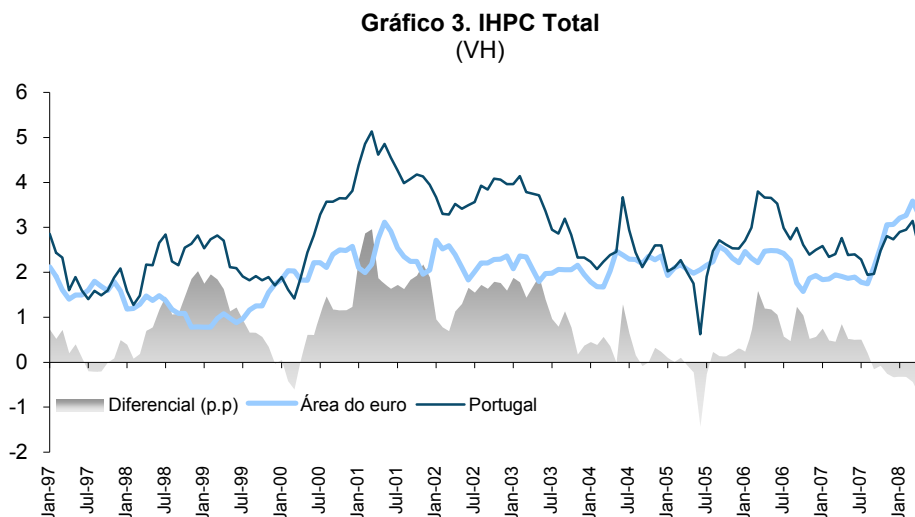
2. Desenvolvimentos Recentes dos Preços na Área do Euro e em Portugal

A tendência altista dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais tem-se repercutido, inevitavelmente, na evolução dos preços no consumidor na área do euro. Com efeito, desde meados de 2007, tem-se assistido a uma aceleração do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), o qual registou uma taxa de variação homóloga de 4% em Junho (1,9% no mesmo mês de 2007 e 2,1% no conjunto do ano de 2007), a mais elevada desde que há registos do IHPC (Gráfico 3).

Em Portugal, ainda que no mesmo sentido, a evolução dos preços tem sido mais moderada, pelo que, desde Setembro do ano passado, se tem registado um diferencial negativo significativo (Gráfico 3): em Junho, a variação homóloga do IHPC em Portugal foi de 3,4%, 0,6 p.p. abaixo do registado na área do euro. Desde 1997, apenas em três curtos períodos de tempo houve registo de um diferencial negativo da inflação portuguesa face à da área do euro: (i) entre Abril e Julho de 2005, devido ao efeito de base associado ao forte aumento dos preços da classe Hotéis, cafés e restaurantes no período homólogo de 2004, na sequência do Campeonato Europeu de Futebol nesse ano; (ii) em Fevereiro e Março de 2000, reflectindo, principalmente, a menor repercussão do forte aumento do preço do petróleo nos preços de venda a retalho dos combustíveis e (iii) entre Julho e Outubro de 1997, em resultado do aumento mais moderado dos preços dos produtos alimentares (em particular, dos óleos e gorduras, da carne, das bebidas não alcoólicas e da fruta).

No 1º semestre de 2008, as componentes “Energia” e “Produtos alimentares transformados” (onde se incluem o “Pão e cereais”, o “Leite e derivados” e os “Óleos e gorduras”) foram as que mais contribuíram para o aumento dos preços, explicando cerca de 57% da inflação homóloga na área do euro (cuja taxa se situou em 3,5%) e cerca de 63% em Portugal (3%) (Quadro 3). O crescimento menos acentuado dos

preços em Portugal resultou, principalmente, do contributo nulo dos preços dos “Produtos alimentares não transformados” (face a um aumento de 0,3 p.p. na área do euro) e do contributo ligeiramente inferior dos preços da “Energia” (1 p.p. que compara com 1,2 p.p. na área do euro) (Gráfico 3).



Por sua vez, a inflação subjacente, ainda que evidenciando um aumento ligeiramente superior em Portugal (2,6%) do que na área do euro (2,5%), apresentou o mesmo contributo, em Portugal e na área do euro, para o aumento total do IHPC (2 p.p.)². Destaca-se, contudo, que, desde a segunda metade do ano anterior, assistiu-se a uma redução do diferencial da inflação subjacente face à área do euro, tendo-se registado valores negativos ao longo do 2º trimestre.

² Este resultado deriva do facto dos ponderadores utilizados para calcular o IHPC de Portugal e da área do euro diferirem. As componentes da inflação subjacente (total excluindo bens alimentares não transformados e a energia) têm um peso de 82,6% e de 79,2% para a área do euro e para Portugal, respectivamente.

Quadro 3. IHPC e Principais Componentes

	Pesos (2008)		Variação Homóloga (%)				Contributos (p.p)			
			2007		Jan-Junho08		2007		Jan-Junho08	
	AE	PT	AE	PT	AE	PT	AE	PT	AE	PT
IHPC Total	100	100	2,1	2,4	3,5	3,0				
1. Produtos aliment. e bebidas não alcoól.	15,8	18,6	2,7	2,4	6,0	3,4	0,4	0,5	1,0	0,6
<i>Dos quais:</i>										
Pão e cereais	2,6	3,2	3,5	3,9	9,0	9,2	0,1	0,1	0,2	0,3
Carne	3,7	4,6	2,7	0,7	3,7	1,2	0,1	0,0	0,1	0,1
Peixe	1,1	3,2	2,8	4,8	3,4	4,2	0,0	0,2	0,0	0,1
Leite, queijo e ovos	2,3	2,4	3,4	3,3	13,7	12,9	0,1	0,1	0,3	0,3
Óleos e gorduras	0,6	0,8	-1,6	-7,8	7,7	8,8	0,0	-0,1	0,0	0,1
Frutas	1,2	1,5	3,4	3,1	6,8	4,0	0,0	0,0	0,1	0,1
Produtos hortícolas	1,6	1,6	3,4	5,8	0,7	-13,4	0,1	0,1	0,0	-0,2
Açúcar, confeitaria, mel e outros	1,0	0,5	1,1	0,4	4,0	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Produtos alimentares n.e.	0,4	0,2	0,7	-1,9	3,6	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Bebidas não alcoólicas	1,3	0,7	2,2	1,1	3,8	1,0	0,0	0,0	0,1	0,0
2. Bebidas alcoólicas e tabaco	3,7	2,9	3,4	4,9	3,2	8,1	0,1	0,2	0,1	0,2
3. Vestuário e calçado	6,8	6,4	1,0	2,2	0,8	2,2	0,1	0,1	0,1	0,1
4. Habit., água, electric., gás e outros	15,3	9,9	2,7	3,6	4,8	4,2	0,4	0,4	0,7	0,4
5. Acessórios, equip. domést. (...)	7,0	7,3	1,7	1,6	2,1	1,5	0,1	0,1	0,1	0,1
6. Saúde	4,0	5,4	1,7	7,4	1,7	2,3	0,1	0,4	0,1	0,1
7. Transportes	15,7	20,3	2,4	1,5	5,7	3,0	0,4	0,3	0,9	0,6
8. Comunicações	3,3	2,7	-1,9	-1,7	-2,1	-1,3	-0,1	0,0	-0,1	0,0
9. Lazer, recreação e cultura	9,7	4,6	0,2	0,5	0,1	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0
10. Educação	1,0	1,7	7,8	3,7	6,5	4,4	0,1	0,1	0,1	0,1
11. Hotéis, cafés e restaurantes	9,3	14,1	3,2	2,4	3,3	3,5	0,3	0,3	0,3	0,5
12. Bens e serviços diversos	8,4	6,2	2,3	2,5	2,4	2,3	0,2	0,2	0,2	0,1
<i>Em memória:</i>										
Subjacente	82,6	79,2	2,0	2,2	2,5	2,6	1,7	1,8	2,0	2,0
Energia	9,8	9,9	2,6	3,5	12,2	9,9	0,2	0,3	1,2	1,0
Produtos aliment. não transformados	7,6	10,9	3,0	3,0	3,6	-0,1	0,2	0,3	0,3	0,0
Produtos aliment. transformados	11,9	10,6	2,8	2,6	6,7	8,5	0,3	0,3	0,8	0,9

Fontes: Eurostat e cálculos do GPEARI do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

De seguida, analisa-se, mais detalhadamente, as razões subjacentes à aceleração dos preços face ao registado em 2007 (Quadro 3). Na área do euro, a inflação aumentou significativamente, passando de 2,1% em 2007 para 3,5% em termos homólogos, na primeira metade de 2008. Esta aceleração dos preços contou, sobretudo, com o aumento dos contributos dos “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”, dos “Transportes” (ambos em cerca de 0,5 p.p.) e da “Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis” (0,3 p.p.). Nesse período, em Portugal, o aumento da inflação foi bastante menos acentuado (de 2,4% em 2007 para 3%, em termos homólogos) e reflectiu o aumento mais moderado dos contributos dos “Transportes” (0,3 p.p.) e dos “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”.

Paralelamente, estes aumentos beneficiaram da diminuição do contributo dos preços dos bens da “Saúde” (-0,3 p.p.) que reflectiu a dissipação do efeito do aumento das taxas moderadoras efectuado em Abril de 2007.

A aceleração significativamente mais moderada dos preços dos “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” em Portugal resultou, essencialmente, da quebra acentuada dos preços dos “Produtos hortícolas”, em 13,4% em termos homólogos (+5,8% em 2007), face ao aumento marginal observado na área do euro (Gráfico 4). Os “Outros produtos alimentares não transformados” (carne, peixe e fruta) também contribuíram nesse sentido, evidenciando uma aceleração de preços ligeiramente menos acentuada em Portugal. Por sua vez, a inflação nos “Produtos alimentares transformados” (excluindo bebidas alcoólicas e tabaco) registou um aumento similar nas duas zonas, em associação ao aumento dos preços internacionais das matérias-primas alimentares. Destaca-se a forte aceleração dos preços do “Leite, queijos e ovos” para 13,7% e 12,9% na área do euro e em Portugal, respectivamente (cerca de 3% em 2007) (Gráfico 5); dos preços do “Pão e cereais” para cerca de 9% em ambos os territórios (3,9% e 3,5% em Portugal e na área do euro, respectivamente, em 2007) (Gráfico 6). O preço dos “Óleos e gorduras” registou uma aceleração mais significativa em Portugal, mas o seu reduzido peso no IHPC total (cerca de 0,8%) tornou o seu contributo residual.

No 1º semestre de 2008, o impacto da subida do preço do petróleo nos preços dos “Combustíveis e lubrificantes” foi muito semelhante na área do euro e em Portugal, registando um aumento de 15% e 13,5% respectivamente (2,3% e 3,5% em 2007) (Gráfico 7). O menor contributo da Classe dos “Transportes” para a aceleração dos preços em Portugal derivou da quebra dos preços da aquisição de veículos em 3,2% que compara com o ligeiro aumento de 0,1% na área do euro, nesse período (Gráfico 8). Esta diminuição deverá estar associada à alteração da tributação de veículos introduzida em Junho de 2007 em Portugal.

No que diz respeito à evolução dos preços da “Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis”, a aceleração mais moderada observada em Portugal (Quadro 3) deveu-se ao comportamento dos preços da “Electricidade, gás e outros combustíveis” (Gráfico 9), cujo crescimento tem sido inferior em Portugal desde o final do ano transacto e com o diferencial a evidenciar uma tendência crescente. Estes desenvolvimentos explicam também o facto dos preços da energia apresentarem um aumento inferior em Portugal, uma vez que, como referido anteriormente, o aumento do preço dos “Combustíveis” foi semelhante em ambos os territórios³.

³ O agregado Produtos energéticos é constituído pelas rubricas “Combustíveis e lubrificantes” e “Electricidade, gás e outros combustíveis”.

Gráfico 4. IHPC- Produtos Hortícolas (VH)

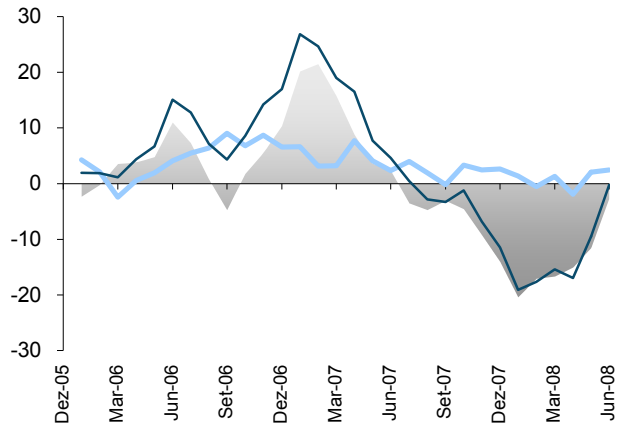


Gráfico 5. IHPC- Leite, Queijo e Ovos (VH)

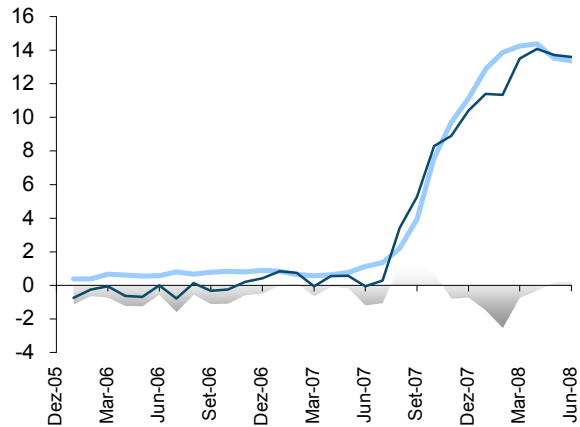


Gráfico 6. IHPC- Pão e Cereais (VH)

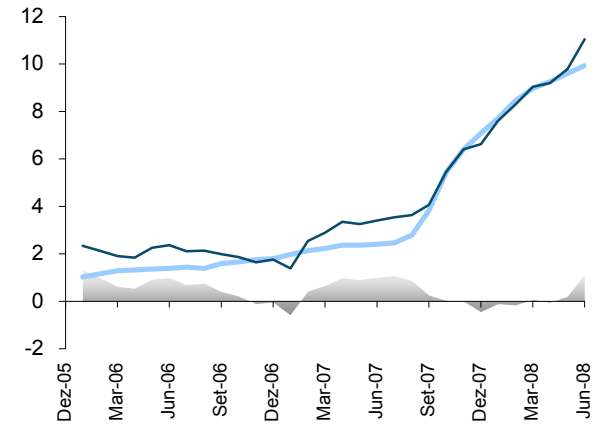


Gráfico 7. IHPC- Combustíveis e Lubrificantes (VH)

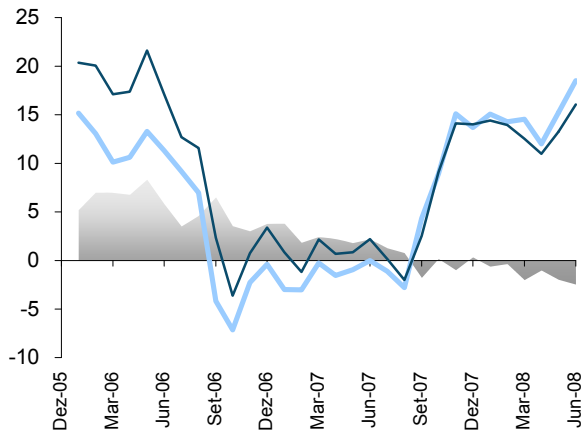


Gráfico 8. IHPC- Aquisição de Veículos (VH)

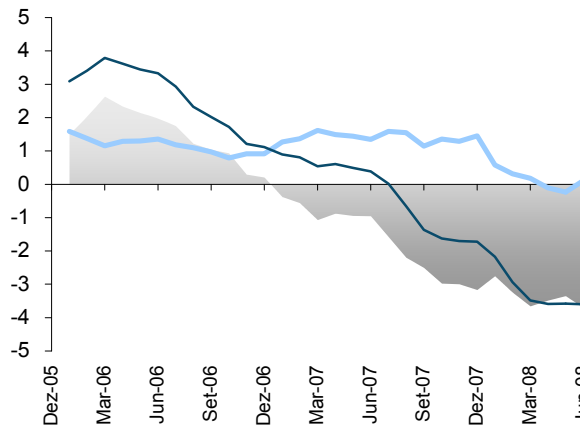
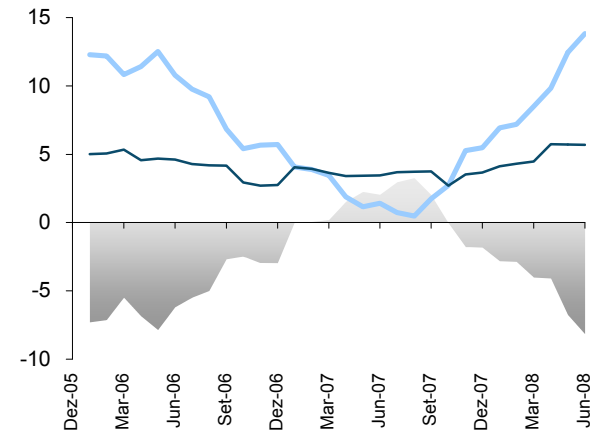


Gráfico 9. IHPC- Electricidade, Gás e outros combustíveis (VH)



— Portugal — Área do euro Diferencial (p.p)

Fonte: Eurostat

Finalmente, tendo em conta que os ponderadores utilizados para a agregação dos índices de preços de cada Estado-membro da UE reflectem o respectivo cabaz típico de compras, o comportamento mais favorável do IHPC em Portugal poderá estar associado à estrutura específica do índice para o nosso país. Com efeito, no início deste ano, verificou-se um peso superior em alguns agregados que evidenciaram um comportamento mais favorável (produtos alimentares não transformados e transportes) e um peso inferior em algumas classes cujos preços aceleraram mais do que na área do euro (produtos alimentares transformados e bebidas alcoólicas e tabaco) (Quadro 3).

3. Medidas Propostas a Nível Internacional, Europeu e em Portugal

A) Nações Unidas e FMI – A Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO) das Nações Unidas reuniu-se entre os dias 3 e 5 de Junho, em Roma, a fim de estabelecer as linhas de orientação para a produção de biocombustíveis e consagrar maiores ajudas aos países em vias de desenvolvimento, caracterizados por terem uma população mais vulnerável à subida dos preços dos produtos alimentares. Neste último aspecto, o FMI duplicou a sua ajuda financeira a 4 países de baixo rendimento (Burkina Faso, Mali, Nigéria e República do Kirguistão na Ásia Central) abrangidos pela alta dos preços dos produtos alimentares e dos combustíveis, estando em negociações a atribuição de uma ajuda suplementar a 11 países. Igualmente, o Banco Mundial anunciou, a 29 de Maio, a criação de um mecanismo financeiro no valor de 1,2 mil milhões de dólares para fazer face às necessidades imediatas, sendo 200 milhões de dólares atribuídos sob a forma de donativos a favor das populações mais vulneráveis dos países mais pobres do mundo.

De acordo com Strauss-Kahn (Director-Geral do FMI), a situação presente não está relacionada com uma escassez alimentar mundial, mas sim com o facto do aumento dos preços ter originado uma redução do poder de compra de muitas famílias para adquirirem os produtos alimentares. As principais linhas de orientação de ajuda internacional por ele defendidas baseiam-se no seguinte:

- responder às necessidades imediatas das regiões mais atingidas, nomeadamente em termos alimentares;
- orientar os países na ajuda para aqueles que mais necessitam, evitando a tomada de medidas que possam prejudicar a actual situação, tais como, a proibição das exportações ou o controlo dos preços;
- ajudar os países a reduzir os custos macroeconómicos do acréscimo dos preços e evitar que esta crise possa desencadear um problema geral de inflação ou de balança de pagamentos⁴;
- reduzir ou eliminar os direitos aduaneiros para os produtos alimentares essenciais; atribuir subsídios temporários para os mais pobres e expandir os programas de nutrição alimentar, já existentes na República da África do Sul e no Quénia.

⁴A título de exemplo, é de referir que a subida dos custos de importação dos produtos alimentares tenderá a ultrapassar 1% do PIB em 2008 em cerca de metade dos países de África, nomeadamente na República do Congo e na Mauritânia.

Sendo de evitar:

- a tomada de medidas que visem limitar e restringir as exportações (caso do arroz pela Índia e Egipto);
- atribuir subsídios gerais que não se destinam especificamente às famílias mais carenciadas;
- impor o controlo dos preços, o que poderia desencorajar a produção.

B) Comissão Europeia – Levando em linha de conta o facto da recente subida dos preços dos bens alimentares ser fundamentalmente causada pela elevada procura, especialmente proveniente das economias emergentes da Ásia (China e Índia), com tendência para continuar a crescer, as principais medidas sugeridas pela CE para atenuar a subida significativa dos preços dos produtos alimentares são sobretudo orientadas no sentido de aumentar e melhorar a oferta agrícola, mediante a alteração de algumas regras da Política Agrícola Comum.

De facto, em termos europeus, as medidas mais concretas e de curto prazo assentam na alteração de algumas regras da Política Agrícola Comum, visando atenuar alguns constrangimentos aos agricultores europeus em termos de capacidade produtiva. De entre as principais medidas propostas pela Comissão Europeia (descritas sumariamente no Comunicado de 20 de Maio de 2008), destacam-se:

- a supressão do sistema de retirada de terras da produção - o requisito exigido aos agricultores no qual deveriam deixar em forma de pousio 10% das suas terras é agora suprimido, de forma a maximizar o potencial de produção;
- a eliminação gradual das quotas leiteiras – as quotas leiteiras serão suprimidas de forma gradual até Abril de 2015, sob a forma de 5 aumentos de quotas anuais de 1% entre 2009/2010 e 2013/4;
- a suspensão dos direitos de importação nos cereais;
- a transferência de parte das dotações orçamentais das ajudas directas aos agricultores para o desenvolvimento rural de forma faseada.

Outras medidas foram propostas pela Comissão Europeia com vista a atenuar a subida dos preços dos produtos alimentares, mas só deverão produzir efeitos concretos a médio e longo prazo. Neste caso, cite-se o reforço do investimento em investigação no sector agrícola, com o objectivo de aumentar a produtividade e a produção neste sector.

C) Portugal – Vários tipos de medidas têm vindo a ser tomadas para reduzir o impacto da subida dos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares. As medidas mais significativas destinadas às famílias incidem sobre:

- o aumento do abono de família destinado às famílias detentoras de menores recursos;

- o congelamento do valor dos passes sociais dos transportes públicos de Lisboa e Porto e criação de um passe escolar para crianças dos 4 aos 18 anos, com redução para metade do valor mensal da assinatura;
- o alargamento da acção social escolar no ensino básico e secundário, a partir do próximo ano lectivo, nomeadamente em termos de apoios a refeições, manuais e material escolar;
- a descida da taxa do IVA de 21% para 20%, desde 1 de Julho de 2008.

De entre as medidas apresentadas para apoiar o sector empresarial, destacam-se:

- no sector das pescas: redução da taxa de venda nas lotas de 4% para 2%; criação de uma linha de crédito de 40 milhões de euros com isenção de taxa de juro e reembolso no prazo de 5 anos; reconfiguração do programa operacional das pescas; criação de um grupo de trabalho para analisar as taxas e licenças da actividade;
- no sector dos transportes: redução das portagens entre os 30% e 50% no período entre as 22h00 e as 7h00; manutenção do valor do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) em 2009; manutenção do imposto de camionagem nos valores de 2007 nos próximos 3 anos; actualização do custo dos fretes segundo uma tabela que determina o impacto do encarecimento dos combustíveis sobre a estrutura de custos da empresa; majoração em 20% das despesas de combustíveis adquiridos em Portugal para efeito de despesas em sede de IRC; prazo máximo de 30 dias para pagamento de facturas aos transportadores; apoios específicos para a renovação de frotas e para o abate de veículos em fim de vida; subsídios à formação profissional.

4. Conclusões

Tendo em conta a forte subida dos preços das matérias-primas e, conseqüentemente, o aumento da taxa de inflação que se tem vindo a assistir recentemente, o presente artigo contribui para a identificação das principais causas por detrás desta evidência. Conclui-se, assim, que, no que diz respeito aos produtos energéticos, a subida acentuada dos preços se associa fundamentalmente a um aumento significativo da procura por parte das economias emergentes, não acompanhado por um aumento correspondente da produção, a alguma instabilidade geopolítica no Médio Oriente, à depreciação do dólar e à existência de pressões especulativas nos mercados. De referir que os movimentos especulativos, o aumento da procura e a própria aceleração dos preços dos produtos energéticos, têm contribuído para o aumento acentuado dos preços das restantes matérias-primas.

No que diz respeito à evolução dos preços em Portugal e na área do euro, conclui-se que o comportamento mais favorável da taxa de inflação no nosso país se deve, não só ao crescimento menos acentuado do preço de alguns bens (ex.: “Produtos alimentares não transformados” e “Energia” nos primeiros meses de 2008), mas também aos diferentes ponderadores utilizados para a agregação dos índices de preços em Portugal e na área do euro, reflectindo os diferentes cabazes de consumo.

